

Começa na próxima semana a demolição de casas erguidas em áreas de proteção ambiental de Vicente Pires. Meta do governo é retirar 105 edificações até 31 de dezembro. Comunidade ameaça reagir

Derrubadas a partir de terça-feira

GIZELLA RODRIGUES
DA EQUIPE DO CORREIO

Depois de muros, cercas, depósitos e canis, chegou a vez de casas serem demolidas no Setor Habitacional Vicente Pires. As autoridades locais vão intensificar, a partir de terça-feira, as operações no local. A meta é derrubar, em 15 dias, 105 casas erguidas irregularmente em áreas de Proteção Permanente (APPs) no setor habitacional. Se o ritmo for mantido, serão demolidos pelo menos cinco imóveis por dia até 8 de novembro. A comunidade, porém, promete resistir.

Das 105 casas, 88 estão à beira de córregos e nascentes na Vila São José e na Colônia Agrícola Samambaia e 17 estão em áreas de veredas em Vicente Pires ([confira quadro](#)). Todas as residências estão habitadas, mas os moradores já foram notificados pelo Instituto Nacional de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (Ibama). Eles tiveram 30 dias para desocupar os imóveis e demolir as construções irregulares. Os prazos estão vencidos e, por isso, os fiscais do Sistema Integrado de Vigilância, Preservação e Conservação de Mananciais (Siv-Água) vão assumir as operações.

Desde terça-feira, o GDF procura uma forma de fazer as derrubadas. O assunto chegou a ser tratado pessoalmente pela governadora Maria de Lourdes Abadia. Ela determinou ontem que um novo aviso do governo seja dado aos moradores. Os ofícios chegarão hoje em todas as casas que serão derrubadas na próxima semana. "Ainda não fechamos exatamente a quantidade de máquinas

Kleber Lima/CB - 25/7/06



A ÚLTIMA GRANDE OPERAÇÃO OCORreu EM SETEMBRO. NA TERÇA-FEIRA, FORAM RETIRADOS APENAS 300M DE MUROS: DEMORA RESULTOU EM EMBARGO DO IBAMA

e de homens que serão usados nas operações, mas toda a logística já está feita", garante o secretário de Comunicação do DF, Marcus Vinícius Bucar. "Precisamos acelerar, não tem outra saída", reconhece. O governo pretende acabar com todas as construções irregulares em Vicente Pires até 31 de dezembro. O prazo antes se

estendia até abril de 2007.

A preocupação do GDF é suspender o embargo feito pelo Ibama às obras do sistema de abastecimento de água do setor habitacional. Os trabalhos, considerados prioritários para o governo e para a população de Vicente Pires, foram liberados pelo órgão em setem-

bro do ano passado, mas o governo comprometeu-se, em um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), a derrubar 549 edificações irregulares em um ano ([leia Entenda o Caso](#)). Até agora, porém, pouco mais de 30 construções foram demolidas. E a maioria delas era apenas muros, cercas e depósitos.

Descrença

Há três dias, fiscais do Siv-Água foram até Vicente Pires, mas derrubaram apenas 300m de muros. Antes disso, a última operação no setor habitacional havia sido em setembro. Por considerar o ritmo lento, o Ibama decidiu cassar as licenças ambientais e embargar as obras.

Agora, apesar da promessa do governo, o superintendente do Ibama-DF, Francisco Palhares, não crê que as casas serão mesmo derrubadas. "Eles já prometeram isso diversas vezes e não levam a sério. Prefiro não me intrometer. Agora, só depende do governo. Eles sabem as obrigações que foram firmadas no TAC", afirmou. Segundo Palhares, o embargo das obras só poderá ser cancelado com a anuência da procuradora do Ministério Público Federal, Ana Paula Mantovani. E isso se as derrubadas realmente ocorrerem.

O presidente da Associação Comunitária de Vicente Pires (Arvips), Dirsomar Chaves, não concorda com as operações e promete mobilizar os moradores para impedir as derrubadas. "Não vamos ficar parados diante de um ato irracional como esse. Se preciso, vamos recorrer a medidas judiciais para impedir essa insanidade", disse. Em julho deste ano, a Arvips conseguiu uma liminar da Justiça Federal que impedi, por 21 dias, operações em Vicente Pires.

Dirsomar alega que 30 dias é pouco tempo para uma família deixar o lar que habita, em alguns casos, há 30 anos. "A maioria da comunidade está ciente de que vai ter que deixar a área, mas isso não pode ser feito da noite para o dia. É preciso dar tempo para essa família construir outra casa e, assim, diminuir o impacto social da medida", defende. O presidente da Arvips critica ainda o início das operações, exatamente no período de chuvas. "Vai ser prejudicial ao meio ambiente. Todo o entulho vai escorregar para o córrego. Quero ver como eles vão recuperar isso."